



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

1. Informações Básicas

1.1. Processo Digital nº 2033/2026

1.2. Objeto

Contratação de empresa para ministrar curso de aprendizagem na área de administração, comércio e serviços, devidamente registrado no Ministério Do Trabalho E Emprego, incluindo material didático, para realização do Programa Menor Aprendiz

2. Designação da Equipe de Elaboração

Servidor: Alan Luiz Griebeler

Designação: Secretaria Municipal de Administração e Finanças

3. Fundamentação Legal

A presente contratação fundamenta-se:

- **Lei Federal nº 14.133/2021** – Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
- **Decreto Municipal nº 95/2023** – Elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares – ETP.
- **Decreto Municipal nº 96/2023** – Procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços.
- **Decreto Municipal nº 107/2023** – Regulamenta, no âmbito municipal, as sanções administrativas.
- **Decreto Municipal nº 91/2023** – Funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, da atuação da advocacia pública e do controle interno nas licitações e contratações, no âmbito da administração pública municipal.
- **Portaria Municipal nº 030/2025**– Nomeação de fiscais e gestores.
- **Lei Municipal nº 1229/2025** - Institui a Política Municipal de Compras Públicas do Município de Sulina e institui o “**Programa Compras Municipais**”, para fins de operacionalização da referida Política Municipal.
- **Decreto Municipal nº 98/2025** - Regulamenta o “Programa Compras Municipais”, referente a Política Municipal de Compras Públicas do Município





de Sulina e dispõe sobre a elaboração e divulgação do Plano de Contratações Anual, para fins de concretização do referido programa.

4. Descrição da Necessidade e Justificativa

A presente contratação tem por objetivo viabilizar a execução do Programa Menor Aprendiz no âmbito do Município de Sulina/PR, por meio da oferta de curso de aprendizagem técnico-profissional, conforme exigido pela legislação vigente. A formação teórica é requisito indispensável para a regular manutenção dos contratos de aprendizagem, nos termos da Lei nº 10.097/2000 e do Decreto nº 9.579/2018, que estabelecem a obrigatoriedade de capacitação metódica dos jovens vinculados ao programa.

Atualmente, o Município possui aprendizes contratados que necessitam da formação teórica obrigatória, sendo que o curso deve ser contínuo, estruturado e compatível com as atividades práticas desempenhadas junto à Administração Pública. Conforme evidenciado na solicitação interna, o curso na área de Administração, Comércio e Serviços mostra-se o mais adequado, pois está diretamente alinhado às funções exercidas pelos aprendizes, garantindo melhor aproveitamento e cumprimento dos objetivos do programa.

Além do atendimento à exigência legal, a contratação visa promover a inclusão social e a qualificação profissional de jovens, contribuindo para o desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais, facilitando sua inserção no mercado de trabalho. Tal iniciativa está em consonância com os princípios constitucionais de promoção da educação e da assistência social, bem como com as diretrizes da política pública municipal voltada à formação cidadã e profissional.

Destaca-se ainda que há demanda reprimida em razão do aumento do número de aprendizes contratados, não sendo possível a ampliação quantitativa do contrato vigente, o que torna indispensável a realização de novo processo de contratação. O grau de prioridade é elevado, uma vez que a ausência do curso compromete a regularidade dos contratos de aprendizagem e pode acarretar descumprimento das obrigações legais por parte da Administração.

Por fim, a contratação de empresa especializada se justifica pela necessidade de instituição devidamente habilitada e registrada junto aos órgãos competentes, com capacidade técnica para ministrar os cursos, fornecer material didático e garantir





certificação reconhecida, assegurando a qualidade da formação ofertada aos aprendizes e a efetividade da política pública implementada.

5. Áreas Requisitantes

Área Requisitante	Responsável
Secretaria de Promoção Social	Clemari da Motta Finger

6. Descrição dos Requisitos da Contratação

6.1. Requisitos

Para atendimento da necessidade identificada, a contratação deverá observar os seguintes requisitos mínimos, técnicos e operacionais:

6.1.1. Requisitos legais e institucionais

A empresa contratada deverá estar devidamente constituída e com objeto social compatível com a prestação de serviços educacionais e/ou formação profissional de aprendizes, atendendo à legislação vigente, especialmente à Lei nº 10.097/2000 e ao Decreto nº 9.579/2018.

Além disso, o curso ofertado deverá ser devidamente registrado no Ministério do Trabalho e Emprego, conforme exigido para programas de aprendizagem.

6.1.2. Qualificação técnica

A contratada deverá comprovar aptidão para execução do objeto mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, demonstrando experiência prévia na realização de cursos de aprendizagem ou capacitação profissional compatíveis com o objeto.

6.1.3. Equipe técnica qualificada

A empresa deverá dispor de profissionais qualificados para ministrar os cursos, com formação compatível com as áreas de Administração, Comércio e Serviços, garantindo a adequada transmissão dos conteúdos e acompanhamento pedagógico dos aprendizes.

6.1.4. Estrutura e metodologia de ensino

A contratada deverá possuir estrutura adequada para a realização das aulas, podendo ser presencial ou em formato híbrido/EAD, desde que assegurada a qualidade do ensino.

O conteúdo programático deverá contemplar, no mínimo:





- Ética profissional
- Comunicação e relações interpessoais
- Informática básica
- Noções administrativas
- Segurança no trabalho
- Conteúdos específicos da área de atuação

Conforme previsto, a carga horária deverá atender ao mínimo necessário para formação técnico-profissional metódica.

6.1.5. Material didático e certificação

A contratada deverá fornecer todo o material didático necessário para a execução do curso, sem custos adicionais ao Município, bem como emitir certificado de conclusão aos participantes, por instituição reconhecida.

6.1.6. Compatibilidade com o Programa Menor Aprendiz

O curso deverá estar alinhado às atividades práticas desenvolvidas pelos aprendizes no âmbito da Administração Municipal, garantindo integração entre teoria e prática, conforme previsto na legislação e na necessidade do Município.

6.1.7. Periodicidade e execução

As aulas deverão ser ministradas de forma contínua, preferencialmente nos sábados, sendo 4 (quatro) horas-aula, assegurando a regularidade exigida pelo programa de aprendizagem.

6.1.8. Responsabilidades da contratada

Caberá à contratada:

- Planejar e executar o curso conforme cronograma aprovado;
- Controlar frequência e desempenho dos alunos;
- Disponibilizar relatórios periódicos à Administração;
- Garantir substituição de profissionais, quando necessário, sem prejuízo do serviço;
- Cumprir integralmente as normas trabalhistas, educacionais e contratuais aplicáveis.

6.1.9. Regularidade fiscal e trabalhista

A empresa deverá comprovar regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, conforme exigências legais para contratação com a Administração Pública.





6.1.10. Atendimento às normas de contratação pública

A contratação deverá observar os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público, bem como as normas da Lei nº 14.133/2021 (ou legislação vigente aplicável ao processo), garantindo seleção da proposta mais vantajosa.

6.2 Qual deverá ser a duração inicial do contrato?

O prazo de vigência do contrato será de **24 (vinte e quatro) meses**, contados a partir da assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente, desde que devidamente justificado e demonstrada a vantajosidade para a Administração.

A definição deste prazo justifica-se pelo fato de que os jovens vinculados ao Programa Menor Aprendiz do Município foram contratados para cumprimento de período formativo com duração equivalente, sendo necessário que a execução do curso de aprendizagem acompanhe integralmente esse ciclo. Dessa forma, garante-se a continuidade da formação técnico-profissional metódica durante todo o vínculo dos aprendizes, evitando interrupções que possam comprometer o atendimento às exigências legais e aos objetivos do programa.

Além disso, a contratação por período compatível com a duração dos contratos de aprendizagem promove maior eficiência administrativa, assegura planejamento adequado das atividades pedagógicas e evita a necessidade de múltiplos processos licitatórios ao longo da execução do programa, contribuindo para a economicidade e continuidade do serviço público.

Ressalta-se que o entendimento dos Tribunais de Contas admite a fixação de prazos contratuais compatíveis com a natureza e duração da demanda administrativa, desde que devidamente motivados. Nesse sentido, o **Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão nº 2.622/2013 – Plenário**, consolidou o entendimento de que a vigência contratual deve estar alinhada ao planejamento e à necessidade da Administração, sendo legítima a fixação de prazos superiores a 12 meses quando tecnicamente justificados. Tal entendimento é igualmente adotado pelos Tribunais de Contas Estaduais, inclusive o TCE-PR.





7. Levantamento de Mercado

Será realizado posteriormente, na fase de Solicitação e no Termo de Referência.

8. Estimativa das Quantidades a Serem Contratadas

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
1	Curso de aprendizagem em administração, comércio e serviços, registrado no ministério do trabalho e emprego, para até 15 (quinze) alunos selecionados através do processo seletivo do programa menor aprendiz, conforme art. 402, da CLT, regulamentado pelo decreto nº 5.598/2005. O curso deverá ser ministrado todos os sábados, em local a ser acordado entre as partes.	Mês	24

9. Estimativa do Valor de Contratação

A estimativa de valor da contratação não será definida neste momento, a definição do valor da contratação será realizada em momento oportuno, na fase de elaboração do Termo de Referência, ocasião em que será conduzida pesquisa de preços de mercado, nos termos da legislação vigente, a fim de subsidiar a adequada orçamentação e assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

10. Justificativa Para Parcelamento ou Não da Solução

O objeto da contratação não será parcelado por se tratar de serviço de natureza única e integrada, consistente na oferta de curso de aprendizagem técnico-profissional no âmbito do Programa Menor Aprendiz. A execução exige padronização metodológica, continuidade pedagógica e alinhamento entre teoria e prática, o que seria prejudicado com a divisão entre diferentes fornecedores, podendo comprometer a qualidade da formação e os resultados esperados pela Administração.

Além disso, a contratação de uma única empresa proporciona maior eficiência na gestão e fiscalização contratual, reduz custos administrativos e evita incompatibilidades operacionais. Sob o aspecto econômico, também favorece o ganho de escala e melhor negociação de preços, demonstrando que o não parcelamento é a solução mais adequada para atender ao interesse público com qualidade e economicidade.





11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Para esta solução, não há contratações que guardam relação/afinidade/dependência com o objeto da compra/contratação pretendida, sejam elas já realizadas ou contratações futuras.

12. Alinhamento Entre a Contratação e o Planejamento

Não está previsto no Plano de Contratações Anual – PCA, pelo motivo de que ele ainda não foi implantado no município. Porém, a contratação se faz necessária conforme as justificativas do item 4 deste ETP.

13. Resultados Pretendidos

A contratação visa garantir a adequada execução do Programa Menor Aprendiz no âmbito do Município, assegurando que os jovens participantes recebam formação técnico-profissional metódica, conforme exigido pela legislação vigente. Espera-se, com isso, a regularidade dos contratos de aprendizagem, evitando riscos de descumprimento legal e assegurando a continuidade das atividades desenvolvidas pelos aprendizes junto à Administração.

Como resultado direto, pretende-se proporcionar a qualificação dos jovens nas áreas de Administração, Comércio e Serviços, desenvolvendo competências técnicas e comportamentais, tais como ética profissional, comunicação, organização e noções administrativas. Essa formação contribuirá para melhor desempenho nas atividades práticas e para a inserção futura no mercado de trabalho.

Busca-se também promover a inclusão social e o desenvolvimento pessoal dos aprendizes, fortalecendo políticas públicas voltadas à juventude e à assistência social, em consonância com os objetivos institucionais do Município.

Por fim, almeja-se maior eficiência administrativa, com a execução de um serviço contínuo, padronizado e de qualidade, garantindo acompanhamento adequado, controle de frequência, certificação dos participantes e efetividade dos resultados do programa.





14. Providências a Serem Adotadas

Para viabilizar a contratação e garantir a adequada execução do objeto, a Administração deverá adotar previamente as seguintes providências:

Inicialmente, deverá ser realizada a formalização do processo administrativo, com a elaboração e aprovação do Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e demais documentos necessários à instrução do procedimento licitatório, observando-se a legislação vigente e os princípios da administração pública.

Na sequência, caberá à Administração promover a adequada pesquisa de preços, definição da estimativa de custos e verificação da disponibilidade orçamentária, assegurando a compatibilidade da contratação com o planejamento municipal e as dotações existentes.

Deverá ainda ser definida a equipe responsável pela gestão e fiscalização do contrato, composta por servidores designados, que acompanharão a execução dos serviços, especialmente quanto à frequência dos aprendizes, qualidade das aulas, cumprimento do cronograma e entrega dos resultados previstos.

Também será necessário organizar a logística para execução do curso, incluindo definição do local das aulas (quando presencial), articulação com a contratada quanto ao cronograma e alinhamento das atividades teóricas com as práticas desempenhadas pelos aprendizes nos setores da Administração.

Por fim, a Administração deverá adotar medidas de acompanhamento e avaliação contínua do contrato, mediante relatórios periódicos, registros de frequência e desempenho dos alunos, garantindo a efetividade da contratação e o atingimento dos resultados pretendidos.

15. Possíveis Impactos Ambientais

A presente contratação possui natureza predominantemente intelectual/educacional, não envolvendo atividades industriais ou de significativa intervenção no meio ambiente, de modo que os impactos ambientais diretos são considerados **baixos**.

16. Fonte de Recurso

Secretaria Municipal de Promoção Social – Fonte Livre





17. Viabilidade da Contratação

Este servidor declara **VIÁVEL** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.



Nome: Alan Luiz Griebeler
CPF: ***.307.059-**

Assinado com certificado digital avançado

Alan Luiz Griebeler
Responsável pelo ETP

Documento assinado digitalmente em 27/04/2026 13:07:27
Acesse o endereço: <https://sl.cidade360.cloud/cxoiq> para
verificar a autenticidade.

